

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA (AJUSTE DIRETO)

PRC/2025/002/JUR/AD

Convite à apresentação de proposta no âmbito do procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de prestação de serviços de elaboração de parecer jurídico sobre procedimento de modificação do contrato de concessão

1. A sociedade “Águas do Centro Litoral, S.A.” (adiante designada por AdCL), com sede na ETA da Boavista | Av. Dr. Luís Albuquerque | 3030-410 Coimbra telefone +351 239 980 900, fax +351 239 980 949, plataforma eletrónica de Contratação Pública acinGov, acessível através dos sítios eletrónicos <http://www.acingov.pt>, convida essa entidade a apresentar proposta no âmbito de do procedimento de ajuste direto adotado para a celebração do contrato de prestação de serviços de Elaboração de Parecer Jurídico sobre procedimento de modificação do contrato de concessão, cumprindo o especificado no caderno de encargos, que se junta em anexo.

2. Informa-se que:

- a) A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente Executivo do Conselho de Administração, Doutor Alexandre Tavares, em 16.01.2025, proferido de acordo com o Manual de Delegação de Competências em vigor;
- b) A escolha do procedimento de ajuste direto funda-se no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do departamento das Compras e Logística.
- d) As peças do procedimento podem ser consultadas e descarregadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite
- e) Todas as comunicações entre a AdCL e o concorrente serão realizadas através do link recebido de

propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite.

f) No **ANEXO D** encontra-se o *Manual para Apresentação de Proposta e Documentos através de Link Recebido por Email*.

3. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a identificação de erros e omissões identificados pelos interessados devem ser apresentados até ao termo do primeiro terço do prazo para apresentação da proposta, através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite.
4. O prazo para a prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e para a pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelo interessado é o termo do segundo terço do prazo para apresentação da proposta.

5. Local e Objeto do contrato:

- a) O local da execução de serviços é sito no domicílio do adjudicatário.
- b) O contrato a celebrar consiste na prestação, pelo adjudicatário, de serviços de assessoria jurídica.

6. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo **do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO A** ao presente Convite;
- b) Preço total e prazo, em conformidade com o modelo no **ANEXO B** do Convite.
- c) Certidão do Registo Comercial, ou Procuração, ou instrumento de mandato, comprovativo dos poderes de quem assina os documentos da Proposta.

7. Os documentos da proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa.

8. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

9. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. A proposta deve ser apresentada até às 18h00m00s do dia 20 de janeiro de 2025 através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite .
11. É de 90 dias, o prazo da obrigação de manutenção da proposta.
12. A proposta não será objeto de negociação.
13. Não é exigida a prestação de caução ao adjudicatário.
14. O preço da proposta será expresso em euros, com duas casas decimais e não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (“IVA”).
15. Os serviços da entidade adjudicante elaborarão a proposta de decisão de adjudicação fundamentado, que submeterá ao competente órgão para a decisão de contratar.
16. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta.
17. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para apresentar através do link recebido de propostas@acingov.pt aquando da formulação do convite, no prazo de 2 (dois) dias por mail, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO C** ao presente convite;
 - b) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal.
 - e) Comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), quando aplicável

No mesmo prazo e pela mesma forma referidos no número anterior, o adjudicatário deve ainda apresentar o seguinte documento:

- f) Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores.
O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no mesmo link.

g) Declaração de aceitação do Regulamento para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link www.aguasdcentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores. O Regulamento para Fornecedores está disponível no mesmo link);

A apresentação dos documentos referidos nos números anteriores pode ser substituída pela indicação do sítio na Internet onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril.

18. A minuta do contrato de aquisição de serviços é notificada em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se a mesma aceite caso não seja formulada qualquer reclamação nos 2(dois dias úteis subsequentes à notificação).
19. São encargos dos convidados as despesas inerentes à elaboração da proposta.
20. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos referidos no ponto 19 do presente convite, no prazo estabelecido para o efeito.
21. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
22. No entanto, nos termos e para os devidos efeitos do n.º 2 do artigo 85º do CCP, dentro do prazo de entrega dos documentos de habilitação, o adjudicatário pode requerer, por uma única vez, a prorrogação do prazo de entrega dos mesmos, devendo o órgão competente concedê-lo num prazo máximo de 5 dias.
23. Os dados pessoais, que eventualmente constem da proposta e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do também do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
24. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
25. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.

26. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
27. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adcl@adp.pt ou da morada ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra.
28. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
29. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
30. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

Junta: caderno de encargos

ANEXO A

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

(cfr Alínea a) do ponto 5.1)

I -(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*] tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de encargos relativo à celebração de contrato a celebrar na sequência de procedimento de ajuste direto de prestação de serviços de Elaboração de Parecer Jurídico sobre procedimento de modificação do contrato de concessão declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º I e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

(cfr Alínea b) do ponto 4.1)

.....(nome, número de documento de identificação), na qualidade de representante legal de (I)
... [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*]depois de ter tomado conhecimento do objeto da contratação proposta através de Ajuste Direto para a prestação de serviços de Elaboração de Parecer Jurídico sobre procedimento de modificação do contrato de concessão a que se refere o convite datado de [*data do envio*], vem apresentar proposta, obrigando-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de encargos, pelo preço contratual de €_____ [*indicar preço por algarismos e por extenso, a que acresce IVA à taxa legal, obrigando-se a executar o contrato no prazo máximo de 10 dias.*

Local e data,

(assinaturas)

ANEXO C

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de aquisição de serviços de assessoria jurídica, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO D

MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS ATRAVÉS DE LINK RECEBIDO POR EMAIL

(cfr. Alínea f) ponto 2 do Convite)

De acordo com o ficheiro denominado por “*acinGov I Manual Tramitação Simplificada-V5.pdf*”